

13 DEZ 1001

13 DEZ 1336

FOLHA DE SÃO PAULO

FOLHA DE

Frente Progressista vai discutir os pressupostos da Constituinte

CARLOS DE OLIVEIRA

Da nossa equipe de reportagem

A fixação de pressupostos básicos para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, prometida pelo candidato indireto da Aliança Democrática à Presidência da República, Tancredo Neves, será, a partir da próxima semana, a principal atividade do grupo de parlamentares de esquerda que compõem a Frente Progressista, um bloco suprapartidário em articulação no Congresso Nacional que, apesar de apoiar a transição com Tancredo Neves, pretende "atenuar qualquer tendência conservadora que possa ser imposta pela Frente Liberal ao futuro governo".

O deputado federal Airton Soares, 39 anos, ex-líder do PT na Câmara Federal e um dos coordenadores da Frente Progressista, afirmou ontem, em São Paulo, que uma Assembleia Nacional Constituinte não poderá ser convocada sem que antes seja implantada uma ampla reestruturação partidária, de modo que todos os partidos e tendências políticas, proscritas ou não, possam se constituir.

Além disso, disse o deputado, a Constituinte só expressará o pensamento de todas as forças da Nação depois de asseguradas a liberdade e a autonomia sindical, o acesso dos partidos aos meios de comunicação

— para que exponham suas idéias e propostas —, a regulamentação dos gastos eleitorais e a substituição da Lei de Segurança Nacional por um instrumento de proteção do Estado e não de governos eventuais. A proposta de adoção desses pressupostos básicos à convocação da Constituinte será formalizada em reunião da Frente Progressista marcada para os dias 8 e 9 de janeiro, em Brasília.

Até lá, e principalmente depois da eleição, o bloco tentará canalizar ao candidato Tancredo Neves as expectativas dos setores populares da sociedade. Na opinião do deputado, a eleição de Tancredo Neves alterará substancialmente as relações situação-oposição e a correlação de forças entre os próprios setores oposicionistas. "Depois da eleição de Tancredo, a oposição mais dura ao novo governo será exercida pelo deputado Paulo Maluf e seu grupo. Aqueles oposicionistas que não aceitaram participar da transição com Tancredo e aqueles que não souberam sair da fase contestatória e fazer uma oposição competente não terão espaço político, pois constituirão grupos de ultra-esquerda, sem representatividade."

Depois de afirmar que esse poderá ser o destino do PT — "que se recusa a participar da transição e corre o risco de perder sua posição oposicionista para Maluf" —, Airton destacou que o papel da Frente Progressista

será o de ser um canal de ligação entre "as forças populares e o novo governo, especialmente nesta fase pré-Constituinte, de modo a se evitar a formação de 'lobbies' conservadores e continuistas na elaboração do novo texto constitucional". De acordo com o parlamentar, a nova Constituição deverá "contemplar as aspirações de toda a sociedade e não apenas os interesses da Frente Liberal, que, apesar de apoiar o mesmo candidato que apoiamos, tem outros compromissos".

"Nós — disse Airton — seremos os agentes da mudança e não precisamos; necessariamente, esperar pelas sugestões de Tancredo. Faremos propostas e muito dificilmente um bloco parlamentar que hoje recebe o apoio de pelo menos 45 parlamentares, entre deputados e senadores, deixará de ser ouvido no Congresso. Nossa atuação nos conferirá peso indiscutível em qualquer matéria a ser tratada. Nossa função será a de conferir um perfil realmente democrático e popular ao governo de transição, que apoiamos, mas não damos carta branca. Na medida em que esse governo representar os interesses populares, terá o nosso apoio. Em contrapartida, qualquer intenção continuista, qualquer tentativa de manutenção das regras atuais será denunciada por nós."